

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SAÚDE MENTAL - HISTÓRIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Ética, Cidadania e Responsabilidade Social	10
Saúde Mental - Conhecimentos Gerais	20

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação.”

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
- a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta** devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SAÚDE MENTAL - MUSEOLOGIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Ética, Cidadania e Responsabilidade Social	10
Saúde Mental - Conhecimentos Gerais	20

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
- a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.**
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SAÚDE MENTAL - BIBLIOTECONOMIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Ética, Cidadania e Responsabilidade Social	10
Saúde Mental - Conhecimentos Gerais	20

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação.”

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
- a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS

01. Conforme a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 em seu Art. 196, "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas_____". Essa frase fica **CORRETA** ao se preencher a lacuna com:
- (A) que garantam o acesso às ações e serviços de saúde às parcelas mais pobres da população
 - (B) que garantam o acesso parcial, mas igualitário a algumas ações e serviços de saúde
 - (C) sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos
 - (D) sociais e econômicas que visem à transferência de renda aos mais pobres
02. Entre os princípios e diretrizes do SUS, conforme Art. 7º da Lei nº 8.080/1990, pode-se citar a:
- (A) universalidade de acesso aos serviços, exceto no nível da recuperação da saúde
 - (B) divisão em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento
 - (C) igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios
 - (D) ênfase na centralização dos serviços para os Estados
03. Conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos. De acordo com o Art. 6º da Lei nº 8.080/1990, este conceito no SUS define a:
- (A) vigilância epidemiológica
 - (B) saúde do trabalhador
 - (C) vigilância sanitária
 - (D) gestão financeira
04. É competência do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme o Art. 200 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988:
- (A) fiscalizar o exercício profissional na área da saúde, exceto para medicina e enfermagem
 - (B) participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico
 - (C) realizar toda a formação de recursos humanos na área da saúde no nível técnico
 - (D) delegar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica à iniciativa privada
05. Após ser atendido em uma unidade básica de saúde, o usuário, diante de suas queixas de dor no peito e dos resultados de seus exames, recebe encaminhamento para consulta com um cardiologista em uma unidade de saúde especializada. O quadro descrito pode exemplificar na prática o seguinte princípio do SUS, conforme Art. 7º da Lei nº 8.080/1990:
- (A) descentralização político-administrativa
 - (B) participação da comunidade
 - (C) preservação da autonomia
 - (D) integralidade da assistência
06. Considerando a participação da iniciativa privada no SUS, conforme Art. 199 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) as instituições privadas poderão participar das ações de promoção da saúde no SUS, sendo vedada a sua atuação nas ações de recuperação da saúde
 - (B) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, de forma complementar ao SUS, com preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos
 - (C) a destinação de recursos públicos é livre a todas as instituições privadas, sendo também livre a participação delas na assistência à saúde no país
 - (D) as instituições privadas não poderão participar do SUS, exceto no caso de internação ou calamidade pública, mediante autorização governamental
07. A partir do exposto na Lei nº 8.080/1990 é **CORRETO** afirmar que:
- (A) quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá recorrer aos serviços ofertados por instituições religiosas
 - (B) os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos gestores em cada esfera de governo
 - (C) a direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, sendo exercida pelo Ministério da Saúde, que executa as políticas públicas da área da saúde e as ações de assistência, após aprovação do Congresso Nacional
 - (D) saúde do trabalhador é um conjunto de atividades que se destina à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho
08. A participação da comunidade na gestão do SUS é regulada pela Lei nº 8.142/1990. Entre outras coisas, esta Lei define em seu Art. 1º, duas instâncias colegiadas em cada esfera de governo, que são:
- (A) o Conselho de Saúde e a Conferência de Saúde
 - (B) a Conferência de Saúde e o Ministério da Saúde
 - (C) o Conselho de Saúde e o Fundo Nacional de Saúde
 - (D) a Conferência de Saúde e o Fundo Nacional de Saúde
09. A Lei nº 8.080/1990 define a saúde como um direito fundamental do ser humano. Sobre este direito, de acordo com os Art. 2º e 3º desta lei, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) as ações de promoção e proteção da saúde devem ser garantidas a todos e as ações de recuperação aos mais pobres
 - (B) são determinantes e condicionantes da saúde, entre outros, a renda, o meio ambiente e o acesso aos bens supérfluos
 - (C) o dever do Estado de prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde exclui o dever da sociedade
 - (D) o dever do Estado inclui assegurar condições de acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde

Estágio Não Obrigatório a Estudantes Universitários

10. Reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde. O evento descrito representa uma das formas de participação popular na gestão do SUS prevista na Lei nº 8.142/1990. De acordo com o art. 1º desta lei, trata-se:
- (A) do Sistema Nacional de Saúde
 - (B) da Conferência de Saúde
 - (C) da Secretaria de Saúde
 - (D) do Conselho de Saúde

ÉTICA, CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

11. Ser ético significa ser um agente social cujas decisões são fundamentadas na _____ do grupo ao qual pertence, e são tomadas com base em valores e interesse que busquem o _____. A alternativa que completa a sentença corretamente é:
- (A) moral; bem comum
 - (B) crença; bem comum
 - (C) moral; bem individual
 - (D) crença; bem individual
12. A visão ética sobre a vida é um dos grandes legados do astrofísico Albert Einstein, sendo para ele um princípio ético:
- (A) aceitação a normas e dogmas
 - (B) aceitação de que se ensina ou aprende o que não se ama
 - (C) valor para a simplicidade, liberdade e o respeito a cada ser
 - (D) fama merece esforço, pois gera admiração e reconhecimento
13. As palavras ética e moral são geralmente tomadas como sinônimos. Porém, no vocabulário especializado, apresentam diferenças bem definidas. É considerada uma diferença entre ética e moral:
- (A) a ética é uma ciência, enquanto a moral é uma forma de comportamento humano
 - (B) a ética é específica e trata de problemas concretos, enquanto a moral é geral
 - (C) a ética é teórica, enquanto a moral é uma ciência
 - (D) a ética é prática, enquanto a moral é teórica
14. O direito é o conjunto de _____ que regulamentam as ações dos indivíduos. Para Aristóteles, o direito tem a função de estabelecer e preservar certa _____ social. As palavras que completam corretamente as sentenças são:
- (A) crenças e concordância
 - (B) valores e disparidade
 - (C) normas e disparidade
 - (D) normas e harmonia
15. A ética é essencial para as organizações refletirem sobre como as suas ações podem influenciar positiva ou negativamente a sociedade e o meio ambiente, pois ela contempla:
- (A) os compromissos econômicos
 - (B) os interesses organizacionais
 - (C) as disposições empresariais
 - (D) a responsabilidade social
16. No Brasil, a Constituição Federal (CF), que foi um marco na conquista do povo pelo seu direito de participar da tomada de decisões no país, ocorreu no ano de:
- (A) 1946
 - (B) 1988
 - (C) 1937
 - (D) 1891
17. Os direitos dos cidadãos são divididos em três tipos básicos: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. É um exemplo de direito civil:
- (A) direito à liberdade de ir e vir
 - (B) direito ao trabalho digno
 - (C) direito à saúde
 - (D) direito ao voto
18. O código de ética empresarial é um instrumento fornecido pelas empresas, com o intuito de estabelecer as condutas que devem ser seguidas e cumpridas, além de expressar sua cultura, e servir como ferramenta e direcionamento para elaboração de:
- (A) sua meta, gestão e política
 - (B) sua visão, gestão e seus valores
 - (C) sua visão, missão e seus valores
 - (D) sua política, capacitação e missão
19. Por ocasião da avaliação do estágio probatório, da progressão funcional, e nas demais circunstâncias em que seja ponderado o merecimento do servidor, será apreciado:
- (A) o atendimento aos requisitos éticos e morais de seu cargo ou função
 - (B) o atendimento aos requisitos éticos de seu cargo ou função
 - (C) o atendimento às normas do Comitê de Ética e Pesquisa
 - (D) o atendimento às normas de segurança do trabalho
20. A norma ISO (*International Organization for Standardization*) 26000, possui o objetivo de normatizar as questões direcionadas à responsabilidade social, estabelecendo diretrizes para o bem-estar da organização, como também para a transparência e o desenvolvimento sustentável. Qualquer empresa, independentemente do seu porte, poderá aderir a essa norma, devido seu caráter:
- (A) regional
 - (B) empresarial
 - (C) internacional
 - (D) multifacetário

SAÚDE MENTAL – CONHECIMENTOS GERAIS

21. A Lei Federal nº 8.080/1990, também chamada de Lei Orgânica da Saúde, dispõe sobre:
- (A) as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde
 - (B) a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências
 - (C) a organização do Sistema Único de Saúde, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências
 - (D) a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências

Estágio Não Obrigatório a Estudantes Universitários

22. Segundo a Lei Orgânica da Saúde, o processo de planejamento e orçamento do SUS deve ser:
- (A) descendente, do nível federal até o local
 - (B) transversal, do nível federal até o local
 - (C) ascendente, do nível local até o federal
 - (D) descendente, do nível local até o federal
23. O SUS é constituído pela conjugação das ações e dos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, executados pelos entes federativos, de forma direta ou indireta, mediante participação da iniciativa privada de caráter:
- (A) coadjuvante
 - (B) suplementar
 - (C) igualitário
 - (D) complementar
24. Uma Região de Saúde precisa conter no mínimo ações e serviços de:
- (A) urgência e emergência; rede cegonha; atenção às pessoas em situação de rua; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; e atenção primária
 - (B) atenção primária; urgência e emergência; atenção psicossocial; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; e vigilância em saúde
 - (C) atenção primária; urgência e emergência; atenção domiciliar; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; e vigilância em saúde
 - (D) urgência e emergência; atenção domiciliar; atenção psicossocial; saúde bucal; e atenção ambulatorial especializada e hospitalar
25. A Região de Saúde é um espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de:
- (A) integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde
 - (B) planejar a organização e a execução do orçamento na saúde de municípios limítrofes
 - (C) integrar a organização, o planejamento e as ações de vigilância em saúde
 - (D) planejar, organizar e executar serviços médicos-hospitalares
26. O Relatório de Gestão, o Plano de Saúde e as respectivas Programações Anuais são instrumentos para:
- (A) o planejamento e a gestão no âmbito do SUS
 - (B) o planejamento e a autonomia no âmbito do SUS
 - (C) a organização e a gestão no âmbito da saúde
 - (D) a organização e a autonomia no âmbito do SUS
27. A missão do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) é promover a articulação e representação política da gestão _____ do SUS, proporcionando apoio técnico _____, coletiva e individualmente, de acordo com as suas necessidades, por meio da disseminação de informação, produção e difusão de conhecimento, inovando e incentivando a troca de experiências e boas práticas. Completam, corretamente, a sentença:
- (A) federal, ao Ministério da Saúde
 - (B) estadual, às Secretarias Estaduais de Saúde
 - (C) estadual, às Secretarias Municipais de Saúde
 - (D) municipal, às Secretarias Municipais de Saúde
28. O Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde (Coap) é um tema novo no SUS, sendo definido como:
- (A) documento que estabelece critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS
 - (B) acordo de colaboração firmado entre entes federativos, com a finalidade de organizar e integrar as ações e os serviços de saúde na rede regionalizada e hierarquizada, para garantir a integralidade da assistência à saúde da população
 - (C) documento que estabelece a descrição geográfica da distribuição de recursos humanos e de ações e serviços de saúde ofertados pelo SUS e pela iniciativa privada
 - (D) acordo entre as instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS
29. Segundos os arts. 195 e 198 da Constituição Federal/1988, o financiamento do SUS é responsabilidade comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A Emenda Constitucional nº 86/2015, define que a União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o montante correspondendo ao valor da Receita Corrente Líquida (RCL) do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a:
- (A) 10%
 - (B) 12%
 - (C) 15%
 - (D) 20%
30. É considerada despesa com ações e serviços públicos de saúde:
- (A) ações de assistência social
 - (B) assistência à saúde, que não atenda ao princípio de acesso universal
 - (C) pagamento de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde
 - (D) atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais

31. O financiamento das despesas correntes e de capital do Ministério da Saúde, bem como dos órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes do Sistema Único de Saúde, é feito pelo:
- (A) fundo nacional de desenvolvimento em saúde
 - (B) fundo de saúde estadual
 - (C) fundo nacional de saúde
 - (D) fundo setorial de saúde
32. Todo usuário tem direito ao acesso a bens e serviços de saúde ordenados e organizados, que garantam a:
- (A) alimentação, segurança, educação, moradia e lazer
 - (B) igualdade, promoção, proteção, segurança e recuperação da saúde
 - (C) promoção, prevenção, proteção, tratamento e recuperação da saúde
 - (D) promoção, prevenção, tratamento, recuperação da saúde e saneamento básico
33. O acesso aos serviços de saúde será preferencialmente nos serviços:
- (A) de atenção básica
 - (B) de urgência e emergência
 - (C) de atenção psicossocial
 - (D) especiais, de acesso aberto
34. O Movimento da Reforma Sanitária conseguiu colocar na lei maior do País, a Constituição Federal/1988 (CF), a saúde como um direito humano, classificando o direito à saúde, como um direito:
- (A) social
 - (B) econômico
 - (C) transitório
 - (D) fundamental
35. A participação popular é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde, inserindo a população brasileira na formulação de políticas públicas em defesa do direito à saúde, possibilitando ao usuário participar da fiscalização e do controle das ações do Estado, mediante sua atuação:
- (A) nas comissões permanentes e conferências de saúde
 - (B) nos conselhos de saúde e nas conferências de saúde
 - (C) nos conselhos de saúde e nas comissões intergestores
 - (D) nas comissões permanentes e comissões intergestores
36. A Política Nacional de Humanização (PNH) é reconhecida por ser uma política:
- (A) transversal
 - (B) vertical
 - (C) horizontal
 - (D) longitudinal
37. Um dos princípios norteadores da Política Nacional de Humanização é:
- (A) o fortalecimento do trabalho por especialidade, evitando a transdisciplinaridade e a grupalidade
 - (B) a atuação em rede de baixa conectividade, de modo independente e autocentrado, em conformidade com as diretrizes do SUS
 - (C) a utilização da informação, da comunicação, da educação permanente e dos espaços da gestão na construção da autonomia e no protagonismo de sujeitos e coletivos
 - (D) a valorização da dimensão objetiva e individual em todas as práticas de atenção e gestão, enfraquecendo processos integradores e promotores de compromisso/responsabilização
38. Os órgãos de saúde devem fornecer aos usuários informações sobre os serviços que compõem a rede SUS, em relação a endereços, telefones, horários de funcionamentos e:
- (A) distribuição dos recursos humanos
 - (B) indicadores de saúde do sistema
 - (C) protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas
 - (D) ações e procedimentos disponíveis
39. As Regiões de Saúde serão instituídas pelo Estado, em articulação com os Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na:
- (A) comissão intergestores tripartite (CIT)
 - (B) comissão intergestores bipartite (CIB)
 - (C) comissão nacional do SUS
 - (D) comissão regional de saúde
40. O acesso universal, igualitário e ordenado às ações de saúde se inicia pelas portas de entrada do SUS e se completa na rede regionalizada e hierarquizada, de acordo com a complexidade do serviço. São consideradas portas de entrada:
- (A) atenção primária; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; atenção psicossocial; e especiais de acesso aberto
 - (B) atenção primária; atenção de urgência e emergência; atenção psicossocial; e especiais de acesso aberto
 - (C) vigilância em saúde; atenção de urgência e emergência; atenção psicossocial; e atenção básica
 - (D) atenção à saúde das pessoas com doenças crônicas; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; atenção psicossocial; e especiais de acesso aberto